

DESTAQUES DA SEMANA

Com o ritmo ditado pela proximidade do feriado de Corpus Christi e pela realização do 14º Fórum de Lisboa, a Capital Federal projeta uma semana esvaziada, mas ainda marcada por articulações relevantes nos Três Poderes.

No Executivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou para quarta-feira (03), véspera do feriado, a segunda reunião ministerial do ano. O encontro tem como objetivo alinhar a atuação dos novos ministros e reforçar a estratégia política do governo com vistas às eleições de outubro.

No Legislativo, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional se reúne nesta segunda-feira (1º) para debater os impactos da inteligência artificial (IA) e os riscos da desinformação nas campanhas eleitorais deste ano.

Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, mesmo sem previsão de reunião de líderes e com o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB), cumprindo agenda em Lisboa, estão previstas sessões de Plenário nesta terça e quarta-feira (02 e 03). Entre os destaques está o PDL 720/2024, que aprova o texto da Convenção nº 187 da OIT sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST).

No âmbito das comissões, registra-se um número reduzido de reuniões convocadas e ausência de temas de maior destaque previstos até o momento.

Já no Senado Federal, o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), reúne-se com líderes partidários nesta terça-feira (02) para definir o calendário de tramitação da PEC que prevê o fim da escala de trabalho 6x1.

As atividades nas comissões se concentram nesse mesmo dia, especialmente com a realização de audiências públicas. Para quarta-feira (03), até o momento, não há novas convocações além da sessão deliberativa do Plenário, cuja pauta tem como destaque o PL 3995/2024, primeiro item da ordem do dia, que estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve avançar no julgamento de temas relacionados ao regime de previdência complementar dos servidores públicos federais e a ações trabalhistas.